

Bibliografia
Aula 13

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

Lauro Morhy

Vice-Reitor

Timothy Martin Mulholland

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Lima, Ailton Lugarinho de Lima Camara, Emanuel Oliveira
Araújo, Hermes Zanetti, José Maria G. de Almeida Júnior, Moema
Malheiros Pontes

IMPrensa Oficial do Estado

Diretor-Presidente

Sérgio Kobayashi

Diretor Vice-Presidente

Carlos Conde

Diretor Industrial

Carlos Nicolaewsky

Diretor Financeiro e Administrativo

Richard Vainberg

Coordenador Editorial

Carlos Taufik Haddad



EDITORA
UnB

IMPrensa
Oficial

Comentários sobre a Primeira Década
de Tito Lívio

“Discorsi”

Tradução
Sérgio Bath

4ª edição, revista

APRESENTAÇÃO

Maquiavel é um antigo e contínuo sucesso editorial: do século XVI a nossos dias tem sido um autor com público certo. Escrito em 1513, *O príncipe* só foi editado em 1532, cinco anos após a sua morte, mas antes disso já circulava em manuscrito. Neste fim do século XX, em quase todo o mundo suas edições ainda se esgotam regularmente, o que acontece também com as várias edições brasileiras, dentre elas a da Editora Universidade de Brasília. Não será surpreendente se, passados mais alguns séculos, esse pequeno manual de política e também de psicologia tiver ainda um público garantido, quem sabe já exclusivamente em algum meio eletrônico. A *Mandrágora*, de 1518, peça bem mais antiga que as de Shakespeare (escritas setenta e mais anos depois), ainda hoje é representada para um público interessado.

No Brasil, os *Discorsi*, obra mais extensa e menos conhecida, foi um lançamento pioneiro da Editora Universidade de Brasília, uma iniciativa de Carlos Henrique Cardim, em 1979. Provocou uma dessas redescobertas cíclicas de Maquiavel, e nos meses subsequentes o noticiário político nacional foi colorido por citações maquiavélicas.

Esgotada a primeira edição, a segunda veio a público em 1982 e agora, doze anos depois, surge a terceira, porque as livrarias não têm mais exemplares para atender à demanda.

O historiador romano Tito Lívio nasceu em Patavium (Pádua) em 59 a.C.; passou a maior parte da sua vida em Roma e retornou à cidade natal para morrer, em 17 A.D., na época do imperador Tibério. Sua história de Roma compreende 142 livros, abrangendo um largo período, da fundação da cidade até a morte de Druso, no nono ano antes de Cristo. Dessa obra, habitualmente dividida em décadas, isto é, conjuntos de dez livros, só conhecemos o texto integral de 35 deles, inclusive a primeira década, que vai da fundação (*ab urbe condita*), por volta de 750 a.C., — oficialmente a data é 21 de abril de 753 a.C. — até o ano 294 a.C. Trata-se de período fundamental para a formação do Estado romano.

Os *Discorsi* — *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*, como preferi traduzir, pois se trata efetivamente de comentários — foram escritos entre 1513 e 1517 e constituem uma digressão sobre os dez primeiros livros da obra de Tito Lívio, lidos à luz dos problemas da Itália renascentista. Maquiavel não se preocupa em fundamentar afirmações ou documentar suas referências. Em vez disso, identifica no passado acontecimentos ou seqüências de eventos que ilustrem e confirmem suas

convicções acerca do presente, e em especial da política a ser seguida pelas cidades italianas, imersas em divergências e conflitos.

Na verdade a história romana é a matéria-prima, o modelo e a fonte de inspiração para um tratado sobre os problemas políticos da sua época.

A pretexto de comentar fatos pretéritos, os *Discorsi* são uma obra política, que contém mensagem para os contemporâneos. Nela o autor faz filosofia política e psicologia da conduta política, revelando-se por outro lado republicano, preferência que não se depreende da leitura de *O Príncipe* — simples manual prático de operação política, para uso do monarca.

Num período de crise política como a que há tanto tempo estamos vivendo, é uma boa notícia saber que o público brasileiro continua a demandar os *Discorsi*. Eles permitirão uma reflexão profunda sobre a nossa atualidade, análoga à que fez o secretário Florentino sobre o seu tempo, a partir da história de Tito Lívio.

Brasília, 1994

Sérgio Bath

Carta de Nicolau Maquiavel a Zenóbio Buondelmonti e Cosmo Rucellai

Envio a Vossas Senhorias um presente que, se não corresponde à magnitude das minhas obrigações, é o que tenho de mais precioso. Trata-se do registro de tudo o que sei, tudo o que me ensinaram uma longa experiência e o estudo contínuo das coisas do mundo.

Nem Vossas Senhorias nem qualquer outra pessoa poderiam esperar de mim mais do que tenho a oferecer aqui; como não poderiam queixar-se de que não lhes dei objeto de maior valor. A pobreza do meu espírito poderá aborrecê-los com a aridez de certos relatos; poderá feri-los a falsidade do meu julgamento, quando encontrarem algum erro, no meio da exposição de tantos assuntos. Mas, mesmo neste caso, não sei quem poderia queixar-se: Vossas Senhorias, por não lhes dar este livro completa satisfação; ou eu, por ter sido obrigado a desenvolver um tema que jamais teria escolhido voluntariamente.

Rogo, portanto, que aceitem este presente como tudo o que vem de um amigo — considerando menos o valor do que é dado do que a intenção de quem o oferece.

Estejam certos de que sinto neste momento uma satisfação genuína ao pensar que, tendo cometido tantos erros, acertei ao escolher as pessoas a quem ofereço estes "Comentários". Com tal escolha penso ter demonstrado reconhecimento pelos Benefícios recebidos, e também ter desprezado o caminho seguido em geral pelos escritores que dedicam seus livros a algum príncipe, a quem atribuem, com profusão de elogios banais, todas as virtudes — cegos à sua ambição e avariza — quando deveriam fazê-lo corar pelos seus vícios.

Para não cair neste erro comum, escolhi não um príncipe, mas pessoas que mereciam sê-lo, pelas suas belas qualidades; não quem me pudesse cumular de títulos, honrarias e riquezas, mas quem, não podendo fazê-lo, tem pelo menos o desejo de me prodigalizar tais vantagens. Para um julgamento sadio, os homens devem saber discernir entre os que são verdadeiramente generosos e os que têm apenas o poder material de agir com liberalidade; entre os que deveriam dirigir o Estado e os que, sem esta capacitação, se acham às vezes à testa de um império. Os his-

toriadores sentem mais atração por Híeron, cidadão de Siracusa, do que por Perseu, rei da Macedônia, porque o primeiro, para ser príncipe, só precisaria do poder supremo; mas Perseu tinha só um dos atributos do rei — a realeza.

Aproveitem, portanto, o bem e o mal que Vossas Senhorias mesmas procuraram. E se chegarem a aceitar com benevolência os meus comentários, esforçar-me-ei por continuar esta história, cumprindo assim a promessa que fiz ao começar a escrevê-la.

Saudações.

Introdução

Embora os homens, por natureza invejosos, tenham tomado o descobrimento de novos métodos e sistemas tão perigoso quanto a descoberta de terras e mares desconhecidos — pois se inclinam por essência mais à crítica do que ao elogio —, tomei a decisão de seguir uma senda ainda não trilhada, movido pelo natural desejo que sempre me levou sem receios aos empreendimentos que considero úteis.

Se vier a encontrar dificuldades e aborrecimentos, espero colher também recompensa na aprovação dos que lançarem um olhar benevolente aos objetivos deste esforço. E se a tentativa for falha e de escassa utilidade, devido à pobreza do meu espírito, à insuficiente experiência das coisas de hoje ou ao pouco conhecimento do passado, terá ao menos o mérito de abrir caminho a quem, dotado de maior vigor, eloquência e discernimento, possa alcançar a meta. Enfim, se este trabalho não me der a glória, também não me servirá de condenação.

Não posso deixar de me espantar — e de queixar-me — quando considero, de um lado, a veneração que inspiram as coisas antigas (bastaria lembrar como se compra, a peso do ouro, um fragmento de estátua que se deseja ter junto a si, como adorno da casa: modelo para os que se deliciam com a sua arte, esforçando-se por reproduzi-la); de outro, os atos admiráveis de virtude que a história registra, nos antigos reinos e repúblicas, envolvendo monarcas, capitães, cidadãos, legisladores, todos os que trabalharam pela grandeza da pátria. Atos mais friamente admirados do que imitados (longe disto, todos parecem evitar o que sugerem, de modo que é pouco o que resta da sua antiga virtude).

Com maior espanto ainda vejo que, nas causas que agitam os cidadãos e nos males que afetam os homens, sempre se recorre aos conselhos e remédios dos antigos. As leis, por exemplo, não são mais do que sentenças dos jurisconsultos pretéritos, as quais, codificadas, orientam os modernos juristas. A própria medicina não passa da experiência dos médicos de outros tempos, que ajudam os clínicos de hoje a fazer seus diagnósticos. Contudo, quando se trata de ordenar uma república, manter um Estado, governar um reino, comandar exércitos e administrar a guerra, ou de distribuir justiça aos cidadãos, não se viu ainda um só príncipe, uma só república, um só capitão, ou cidadão, apoiar-se no exemplo da Antiguidade.

A causa disto, na minha opinião, está menos na fraqueza em que a moderna religião fez mergulhar o mundo, e nos vícios que levaram tantos Estados e cidades da Cristandade a uma forma orgulhosa de preguiça, do que na ignorância do espírito genuíno da história. Ignorância que nos impede de aprender o seu sentido real, e de nutrir nosso espírito com a sua substância. O resultado é que os que se dedicam a ler a história ficam limitados à satisfação de ver desfilarem os acontecimentos sob os olhos sem procurar imitá-los, julgando tal imitação mais do que difícil, impossível. Como se o sol, o céu, os homens e os elementos não fossem os mesmos de outrora; como se a sua ordem, seu rumo e seu poder tivessem sido alterados.

Resolvendo a salvar os homens deste erro, achei necessário redigir, a propósito de cada um dos livros de Tito Lívio que resistiram à injúria do tempo, uma comparação entre fatos antigos e contemporâneos, de modo a facilitar-lhes a compreensão. Deste modo, meus leitores poderão tirar daqueles livros toda a utilidade que se deve buscar no estudo histórico. É uma empresa difícil que espero, contudo, concluir longe o bastante para que fique faltando pouco caminho a quem queira levá-la a termo. É o que procurarei fazer, com a assistência dos que me induziram a assumir este encargo.

Capítulo Primeiro

Como começaram as cidades, de modo geral; e como Roma, em particular, teve o seu início.

Os que estudarem o que foi o início de Roma, seus legisladores e a ordem pública que instituíram, não se espantarão de saber que tantas virtudes tenham sido ali cultivadas durante séculos, e que aquela cidade se tenha tornado centro de imenso império. Para começar discorrendo sobre a origem das cidades, lembrei-me que todas foram fundadas ou por naturais do país onde se situam ou por estrangeiros.

O primeiro caso ocorre quando os habitantes, disseminados por muitas vilas de limitada população, têm dificuldade de viver em segurança, já que nenhuma dessas vilas, pela sua localização e reduzido tamanho, pode resistir com as próprias forças à agressão de eventuais atacantes. À aproximação do inimigo não há tempo para a defesa comum, sendo necessário ceder-lhe a maior parte das instalações, que são logo capturadas. Para prevenir este perigo, os habitantes, espontaneamente ou movidos pela tribo de maior autoridade, decidem habitar em conjunto um local de sua escolha que ofereça maior comodidade e cuja defesa seja mais fácil.

Atenas e Veneza são dois exemplos. A primeira foi construída, sob a direção de Teseu, para acolher a população dispersa pela Ática. A segunda reuniu os numerosos habitantes que se haviam refugiado na constelação de ilhotas situadas na extremidade do mar Adriático para escapar às guerras que se sucediam na Itália, depois da decadência do Império Romano. Começavam as invasões bárbaras, e nenhum príncipe assegurava àquele país um governo com leis que pudessem apropriadas. O empreendimento foi coroado de êxito, favorecido por uma paz prolongada e pela sua posição num mar sem saída, que as limitações dos navios da época preservavam da infestação pelos bárbaros que arruinavam a Itália. Foi assim que Veneza construiu, sobre fundamentos bem frágeis, a grandeza que hoje admiramos.

O segundo caso é o da cidade fundada por estrangeiros, homens livres ou dependentes de outro Estado. Deve-se incluir nesta categoria as colônias fundadas pelas repúblicas, ou pelos príncipes, para receber a população excedente ou para manter suas novas conquistas de modo mais seguro e menos dispendioso. O povo romano, por exemplo, fundou muitas destas cidades em toda a extensão do Império.

Há ainda um outro tipo de cidade: a construída por um príncipe, não com o propósito de ali fixar residência, mas exclusivamente para a sua glória, como dá exemplo a cidade de Alexandria, estabelecida por Alexandre. Como estas cidades não têm origem natural, é raro que se desenvolvam plenamente, chegando a constituir capitais de Estados. Florença nasceu assim; fundada pelos soldados de Sila ou pelos habitantes de Fiesole (os quais, seduzidos pela longa paz otaviana, teriam decidido habitar a planície do rio Arno), a verdade é que a sua fundação foi obra do Império Romano. Por isto Florença, no princípio da sua vida urbana, não pôde expandir-se a não ser mediante a munificência do príncipe.

Uma cidade deve sua existência a homens livres quando um povo, movido pela doença, a fome ou a guerra, deixa a pátria dos seus pais para estabelecer-se em outro local — espontaneamente ou sob a direção de um príncipe. O povo imigrante se instala em cidades conquistadas pela força das armas, como fez Moisés; ou então edifica uma nova cidade, como Enéas. Neste último caso, manifestam-se a sabedoria do fundador e a sorte do seu empreendimento — melhor ou pior, conforme seja maior ou menor a sabedoria do príncipe. Esta sabedoria se revela em duas coisas: a escolha do local e a natureza das leis promulgadas.

Como os homens agem por necessidade ou por escolha, e a coragem sempre brilha mais intensamente quando a escolha é mais livre, deve-se considerar se não é mais vantajoso selecionar, para sede de uma cidade local infértil, onde os habitantes, constrangidos ao trabalho, e menos inclinados ao ócio, possam viver unidos, sujeitos à concórdia pela sua situação de pobreza. Tal é o exemplo de Ragusa, e de muitas outras cidades construídas em regiões desse tipo. Esta escolha seria sem dúvida mais sábia e mais útil se os homens se contentassem em viver com o que têm, e não buscassem ampliar seu território. Mas como estão condenados a garantir o seu destino exclusivamente pelo poder, é preciso que fujam das regiões muito estéréis, e se fixem em terras fecundas, onde a riqueza do solo permita o desenvolvimento; onde os habitantes possam defender-se de ataques, dominando quem se oponha ao seu progresso.

Quanto à falta de vigor que um local assim fértil pode provocar nos cidadãos, é preciso que seja evitada pelas leis, que devem impor uma operosidade à qual o solo não obriga de modo natural. É necessário imitar os governantes sábios que, habitando países férteis e risonhos (os quais produzem cidadãos efeminados, incapazes de qualquer esforço generoso), souberam compensar os inconvenientes devidos ao clima sensual impondo aos que se destinavam às armas a necessidade de contínuo exercício. Graças a tal regra, foi possível formar soldados melhores que os de países naturalmente rústicos e estéréis. Foi o que aconteceu no Egito, onde a influência da suavidade da terra foi tão alterada pelo vigor das instituições que aquele país produziu os homens mais eminentes em todos os campos. E se o curso do tempo não houvesse já extinto a lembrança dos seus nomes, perceberíamos que esses homens são mais dignos de elogio do que o Grande Alexandre, e tantos outros cuja memória ainda floresce.

Quem tiver estudado o Império do Sudão, a organização dos mamelucos e a disciplina da sua milícia, antes da destruição do Sultão Selim, saberá que esses soldados estavam obrigados a contínuos exercícios; eles temiam, de fato, o ócio a que a amenidade do clima poderia levá-los, se não o tivessem neutralizado com as leis mais estritas. Minha opinião, portanto, é a de que é mais prudente escolher uma região fértil, já que as leis podem conter esta influência nefasta dentro de limites convenientes.

Alexandre, o Grande, queria construir uma cidade que fosse monumento à sua glória. O arquiteto Dinocrato mostrou-lhe que era possível construí-la facilmente sobre o monte Atos. Além da força natural do lugar, dizia, poder-se-ia escalar a montanha com forma humana — um projeto maravilhoso; o arquiteto respondeu. Alexandre perguntou então de que viveriam os habitantes; o arquiteto respondeu que não havia pensado nisso. O príncipe riu e, deixando de lado o monte Atos, mandou lançar os alicerces de Alexandria, num local onde os homens se fixariam prazerosamente, seduzidos pela fecundidade do solo e pela dupla vantagem do Nilo e do Mediterrâneo.

Se nos remontarmos à origem de Roma, e considerarmos Enéas seu primeiro fundador, poderemos dizer que aquela cidade foi instituída por estrangeiros; mas se seu fundador foi Rômulo, terá sido fundada pelos naturais do país. Em qualquer hipótese, sua origem foi livre e independente.

Veremos mais tarde quantas restrições às leis estabelecidas por Rômulo foram impostas ao povo por Numa e outros legisladores. Desta forma, nem a fertilidade do solo, nem a comodidade do mar, nem as vitórias frequentes, nem mesmo a própria grandeza do Império puderam, no curso de tantos séculos, corromper seus costumes: Roma viu florescer no seu seio mais virtudes do que qualquer outra república.

E como as grandes coisas que os romanos produziram, e Tito Lívio celebrou, decorreram de deliberações públicas e particulares, no seio da cidade ou fora dela, começarei falando sobre o que lá aconteceu por decisão pública, detendo-me no que merecer, a meu juízo, maior atenção, e explicando as circunstâncias de cada caso. Este será o tema dos comentários deste Livro Primeiro.

Capítulo Segundo

Quantas espécies há de repúblicas, e a qual pertenceu a república romana.

Vou abster-me de falar das cidades cuja fundação se deve a um outro Estado; tratarei somente daquelas que surgiram livres de qualquer dependência estrangeira, tendo sido autogovernadas, desde o início, como repúblicas ou como monarquias — embora, devido a esta dupla origem, tenham tido leis e constituição diferentes. Algumas receberam legislação de um só homem, no momento da fundação ou pouco tempo depois — como aconteceu com Licurgo, na Lacedemônia. Em outras, as leis foram sendo instituídas gradualmente, de acordo com os acontecimentos — como em Roma.

Feliz é a república à qual o destino outorga um legislador prudente, cujas leis se combinam de modo a assegurar a tranquilidade de todos, sem que seja necessário reformá-las. É o que se viu em Esparta, onde as leis foram respeitadas durante oito séculos, sem alteração e sem desordens perigosas.

Infeliz, porém, é a cidade que, não tendo tido um legislador sábio, é obrigada a restabelecer a ordem no seu seio. Dentre elas, a mais infeliz é a que está mais afastada da ordem; isto é, aquela cujas instituições se apartam do bom caminho que pode levá-las ao seu objetivo perfeito e verdadeiro — porque é quase impossível que, nessa situação, ocorra algum acontecimento feliz que lhe restabeleça a boa ordem. Contudo, as cidades cuja constituição é imperfeita, mas que têm príncipes bons, susceptíveis de aprimoramento, podem, de acordo com os acontecimentos, chegar à perfeição.

Mas não há dúvida de que as reformas serão sempre perigosas, pois a maioria dos homens não se curva de boa vontade a uma lei inovadora, que estabeleça uma ordenação nova das coisas a que não considerem necessário submeter-se. E como tal necessidade nunca é imposta sem perigo, pode acontecer facilmente que uma república pereça sem que haja atingido a ordem perfeita. Em Florença temos disto uma demonstração marcante: reorganizada depois da revolta de Arezzo, em 1502, a cidade foi revolucionada outra vez após a tomada de Prato, em 1512.

Para descrever as formas que assumiu o governo de Roma, e o conjunto de circunstâncias que o levaram à perfeição, lembrarei (como os que escreveram a respeito da organização das repúblicas) que há três espécies de governo: o monárquico, o aristocrático e o popular; os que pretendem estabelecer a ordem numa cidade devem escolher, dentre estas três espécies, a que melhor convém a seus objetivos.

Outros, segundo a opinião geral, mais esclarecidos, acham que há seis formas de governo, das quais três são essencialmente más; as três outras são em si boas, mas degeneram tão facilmente que podem também tornar-se perniciosas. Os bons governos são os que relacionei anteriormente; os maus, suas derivações. E se parecem tanto aos primeiros, aos quais correspondem, que podem com facilidade ser confundidos com eles.

Deste modo, a monarquia se transforma em despotismo; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia em permissividade. Em consequência, todo legislador que adota para o Estado que vai fundar uma destas três formas de governo não a mantém por muito tempo; não há o que a possa impedir de precipitar-se no tipo contrário, tal a semelhança entre a forma boa e a má.

Foi por acaso que surgiu esta variedade de governos. No começo do mundo, os habitantes da terra eram pouco numerosos, e viveram por muito tempo dispersos, como animais. Com o crescimento da população, os homens se reuniram e, para melhor se defender, começaram a distinguir os mais robustos e mais corajosos, que passaram a respeitar como chefes. Chegou-se assim ao conhecimento do que era útil e honesto, por oposição ao que era pernicioso e ruim. Viu-se que quem prejudicava o seu benfeitor provocava nos homens sentimentos de ira — e de piedade pela sua vítima. Passou-se a detestar os ingratos, a honrar os que demonstravam gratidão; e, pelo temor de sofrer as mesmas injúrias que outros tinham sofrido, procurou-se erigir a barreira das leis contra os maus, impondo penalidades aos que tentassem desrespeitá-la. Estas foram as primeiras noções de justiça.

A partir de então, quando houve necessidade de escolher um chefe, deixou-se de procurar o mais corajoso para buscar o mais sábio, e sobretudo o mais justo; contudo, como os príncipes vieram a reinar pelo direito de sucessão, e não pela escolha do povo, em breve os herdeiros degeneraram; desprezando a virtude, persuadiam-se de que nada mais tinham a fazer além de exceder seus semelhantes em luxo, ócio e todos os tipos de volúpia. Desde então, a figura do príncipe começou a provocar ira, que a rodeou de terror; mas não tardou a nascer a tirania, que transformou o medo em agressão.

Estas foram as causas da queda dos príncipes: contra eles foram urdidas conjuras, não por homens fracos ou pusilâmes, mas sobretudo pelos que demonstravam generosidade e grandeza d'alma; os que tinham riqueza, fidalguia, e não podiam suportar a vida criminososa de tais príncipes.

Levada pelo exemplo dos grandes, a multidão se armava contra o soberano; e depois que este era castigado, obedecia àqueles como seus libertadores — estes, que detestavam até mesmo o título príncipesco, organizavam entre si um governo. A princípio, dado o exemplo da tirania precedente, conformavam sua conduta às leis que haviam promulgado. Preferindo o bem público à vantagem própria, governavam com justiça e zelavam com igual empenho pelos interesses comuns e pelos particulares.

Mas o poder passou às mãos dos seus filhos, que ignoravam os caprichos da sorte; como os infortúnios não os tinham submetido à prova, não queiram respeitar a igualdade civil; entregando-se à avariza, à ambição e ao desmando, transformaram o governo, que até então fora aristocrático, numa oligarquia que deixou de respeitar os direitos dos cidadãos. Em breve, porém, tiveram a mesma sorte do tirano: a multidão, cansada, se fez instrumento de quem quisesse vingá-la dos seus opressores. Logo surgiu um homem que, com o apoio do povo, os derrubou do poder.

A lembrança do príncipe e dos seus ultrajes continuava viva. A oligarquia tinha sido destruída e não se queria restabelecer o poder de uma só pessoa. Organizou-se assim o Estado popular, no qual a autoridade não recaía nem no príncipe nem num pequeno número de senhores. Como todo governo, que ao começar sempre inspira algum respeito, o Estado popular a princípio se manteve — mas por bem pouco tempo, só até extinguir-se a geração que o havia posto no poder. Não tardou a desenvolver-se uma situação de licença em que não se respeitava mais os cidadãos nem as autoridades. Cada um vivia conforme o seu capricho, e a cada dia ocorriam mil ultrajes. Constrangidos pela necessidade, advertidos pelos conselhos de um sábio, ou movidos pela fadiga de tal licença, os homens voltaram ao império de um só, para recair de novo, gradualmente, da mesma maneira e pelas mesmas causas, nos horrores da anarquia.

Este é o círculo seguido por todos os Estados que já existiram, e pelos que existem. Mas raramente se retorna ao ponto exato de partida, pois nenhuma república tem resistência suficiente para sofrer várias vezes as mesmas vicissitudes. Acontece muitas vezes que, no meio destes distúrbios, uma república, privada de conselhos e de força, é tomada por algum Estado vizinho, governado com mais sabedoria. Se isto não ocorrer, um império percorrerá por muito tempo o círculo das mesmas revoluções. Para mim, todas estas formas de governo são igualmente desvantajosas: as três primeiras, porque não podem durar; as três outras, pelo princípio de corrupção que contêm. Por isto, todos os legisladores conhecidos pela sua sabedoria evitaram empregar exclusivamente qualquer uma delas, reconhecendo o vício de cada uma. Escolheram sempre um sistema de governo de que participavam todas, por julgá-lo mais sólido e estável: se o príncipe, os aristocratas e o povo governam em conjunto o Estado, podem com facilidade controlar-se mutuamente.

Entre os legisladores que elaboraram constituições semelhantes, o mais digno de encômios é Licurgo. Nas leis que deu à Esparta, soube de tal modo contrabalançar o poder do rei, da aristocracia e do povo que o Estado se manteve em paz durante mais de oitocentos anos, por sua grande glória.

O contrário sucedeu a Sólon, legislador de Atenas; por só se servir do governo popular, deu-lhe existência tão efêmera que ainda vivia quando eclodiu a tirania de Pisítrato. Embora os herdeiros do tirano tenham sido expulsos quarenta anos depois, recobrando Atenas a liberdade, como se restabeleceu então o sistema de Sólon, este só durou um século, não obstante as emendas feitas para consolidá-lo, e para reprimir a insolência dos aristocratas e a licença da multidão — dois vícios que não tinham merecido a atenção de Sólon. Por outro lado, como não participavam da constituição ateniense nem a autoridade do príncipe nem a aristocrática, a cidade teve uma existência muito limitada, em comparação com a Lacedemônia.

Mas, retornemos a Roma. No princípio da sua vida, essa cidade não teve um Licurgo que lhe desse leis, que estabelecesse ali um governo capaz de conservar a liberdade por muito tempo. Contudo, devido aos acontecimentos que fizeram nascer no seu seio o ciúme que sempre separou o povo dos poderosos, Roma conseguiu o que seu legislador não lhe tinha concedido. Com efeito, se a cidade não se beneficiou da primeira vantagem que indiquei, teve a segunda; e se suas primeiras leis eram defeituosas, jamais se afastaram do caminho que podia levá-las à perfeição.

Rômulo e os demais reis promulgaram numerosas outras leis, excelentes para um governo livre. Entretanto, como o seu objetivo principal tinha sido fundar uma monarquia, e não uma república, quando a cidade recobrou a independência viu-se que a liberdade reclamava muitas disposições que os reis não haviam pensado estabelecer. E embora estes tivessem perdido a coroa pelas causas e nas circunstâncias que acima indicamos, os que os expulsaram instituíram dois cônsules para exercer a função real, de modo que só se baniu de Roma o título, e não a autoridade do rei.

A república, retendo os cônsules e o Senado, representou a princípio a mistura de duas das três formas mencionadas: a monarquia e a aristocracia. Só faltava introduzir o governo popular. A nobreza romana, pelos motivos que vamos explicar, tornou-se insolente, despertando o ressentimento do povo; para não perder tudo, teve que ceder-lhe uma parte da autoridade. De seu lado, tanto o Senado como os cônsules guardaram bastante desta autoridade para manter a posição que ocupavam no Estado.

Estas foram as causas que originaram os tribunos do povo, instituição que enfraqueceu a república porque cada um dos três elementos do governo recebeu uma porção da sua autoridade. A sorte favoreceu Roma de tal modo que, embora tenha passado da monarquia à aristocracia e ao governo popular, seguindo a degradação provocada pelas causas que estudamos, o poder real não cedeu toda a sua autoridade.

de para os aristocratas, nem o poder destes foi todo transferido para o povo. O equilíbrio dos três poderes fez assim com que nascesse uma república perfeita. A fonte desta perfeição, todavia, foi a desunião do povo e do Senado, como demonstraremos amplamente nos dois capítulos que seguem.

Capítulo Terceiro

Os acontecimentos que levaram à criação dos tribunos romanos, instituição que aperfeiçoou o governo da república.

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião. Se esta malvadez se oculta durante um certo tempo, isso se deve a alguma causa desconhecida, que a experiência ainda não desvelou; mas o tempo — conhecido justamente como o pai da verdade — vai manifestá-la.

Depois da expulsão dos Tarquínios, parecia reinar a maior concórdia entre o povo e o Senado; os nobres, despojados do seu orgulho, pareciam revestir-se de disposição popular, o que os tornava aceitáveis mesmo às classes mais modestas. Esta aparente união durou, sem que se soubesse porquê, enquanto os Tarquínios viveram. A nobreza, que os temia, tinha medo também de que o povo, ofendido, dela se afastasse; por isto o tratava com moderação.

Todavia, logo que os Tarquínios morreram, e os nobres perderam o medo, começaram a derramar sobre o povo o veneno que guardavam no coração, agredindo-o com todas as vexações que podiam conceber. O que prova seguramente o que disse antes: os homens só fazem o bem quando é necessário; quando cada um tem a liberdade de agir com abandono e licença, a confusão e a desordem não tardam a se manifestar por toda parte. Por isto se diz que a fome e a miséria despertam a operosidade, e que as leis tornam os homens bons. Quando uma causa qualquer produz boas consequências sem a intervenção da lei, esta é inútil; mas quando tal disposição propícia não existe, a lei é indispensável.

Assim, quando os Tarquínios (os quais refreavam os aristocratas pelo terror que lhes inspiravam) deixaram de existir, foi preciso buscar novas instituições que os substituíssem, com o mesmo efeito. Em consequência, só depois dos distúrbios, das contínuas reclamações e dos perigos provocados pelos longos debates entre no-

bres e plebeus é que se instituíram os tribunos, para a segurança do povo. A autoridade desses novos magistrados foi cercada de tantas prerrogativas e prestígio que puderam manter o equilíbrio entre povo e Senado, oferecendo um obstáculo às pretensões insolentes da nobreza.

Capítulo Quarto

A desunião entre o povo e o Senado foi a causa da grandeza e da liberdade da república romana.

Não quero silenciar sobre as desordens ocorridas em Roma, entre a morte dos Tarquínios e o estabelecimento dos tribunos. Mas não aceitarei as afirmativas dos que acham que aquela foi uma república tumultuada e desordenada, inferior a todos os outros governos da mesma espécie a não ser pela boa sorte que teve, e pelas virtudes militares que lhe compensaram os defeitos. Não vou negar que a sorte e a disciplina tenham contribuído para o poder de Roma; mas não se pode esquecer que uma excelente disciplina é a consequência necessária de leis apropriadas, e que em toda parte onde estas reinam, a sorte, por sua vez, não tarda a brilhar.

Examinemos, porém, as outras particularidades de Roma. Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaprovar justamente as causas que asseguraram fosse conservada a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares. Não querem perceber que há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática. Todas as leis para proteger a liberdade nascem da sua desunião, como prova o que aconteceu em Roma, onde, durante os trezentos anos e mais que transcorreram entre os Tarquínios e os Gracos, as desordens havidas produziram poucos exilados, e mais raramente ainda fizeram correr o sangue.

Não se pode, portanto, considerar estas dissensões como funestas, nem o Estado como inteiramente dividido, pois durante tantos anos tais diferenças só causaram o exílio de oito ou dez pessoas, e a morte de bem poucos cidadãos, sendo alguns outros multados. Não se pode de forma alguma acusar de desordem uma república que deu tantos exemplos de virtude, pois os bons exemplos nascem da boa educação, a boa educação das boas leis, e estas das desordens que quase todos condenam irrefletidamente. De fato, se se examinar com atenção o modo como tais desordens terminaram, ver-se-á que nunca provocaram o exílio, ou violências prejudiciais ao bem público, mas que, ao contrário, fizeram nascer leis e regulamentos favoráveis à liberdade de todos.

E se alguém perguntar: mas não é uma conduta extraordinária, e por assim dizer selvagem, o correr todo o povo a acusar o Senado em altos brados, e o Senado o povo, precipitando-se os cidadãos pelas ruas, fechando as lojas e abandonando a cidade? A descrição apavora. Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição, sobretudo nas cidades onde os assuntos importantes são decididos com a intervenção do povo. Dentre os Estados desta categoria, Roma tinha por hábito ver os populares entregues a um comportamento extremado como o que descrevi, ou recusando-se à mobilização para a guerra, quando queriam que se fizesse alguma lei. De tal sorte que, para acalmá-los, era necessário satisfazer a sua vontade.

O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade, porque nasce da opressão ou do temor de ser oprimido. E se o povo se engana, os discursos em praça pública existem justamente para retificar suas idéias; basta que um homem de bem levante a voz para demonstrar com um discurso o engano do mesmo. Pois o povo, como disse Cícero, mesmo quando vive mergulhado na ignorância, pode compreender a verdade, e a admite com facilidade quando alguém da sua confiança sabe indicá-la.

Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano; atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiães das liberdades romanas, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo Quinto

A quem se pode confiar com mais segurança a defesa da liberdade: aos aristocratas ou ao povo? Quais são os que têm mais motivos para instigar desordens: os que querem adquirir ou os que querem conservar?

Aqueles que agiram com maior tino ao fundar um Estado incluíram entre suas instituições essenciais a salvaguarda da liberdade; e os cidadãos puderam viver em liberdade um tempo mais ou menos longo, segundo tal salvaguarda tenha sido mais ou menos bem formulada. Como em todos os Estados existem aristocratas e plebeus, pode-se bem perguntar em que mãos a liberdade estaria melhor salva-guardada.

Em outros tempos, os lacedemônios a confiaram aos nobres, como o fazem em nossos dias os venezianos: já em Roma, ela estava nas mãos do povo. É necessário, portanto, examinar qual dessas repúblicas fez melhor escolha. Se considerássemos os seus motivos, teríamos muito a dizer em favor de cada lado; examinando os resultados, contudo, dar-se-á a preferência à nobreza, porque em Esparta e em Veneza a liberdade teve vida mais longa do que em Roma.

No entanto, para chegar aos motivos, e tomando os romanos como exemplo, direi que se deve sempre confiar um depósito a quem tem por ele menos afeição. De fato, se considerarmos o objetivo da aristocracia e do povo, perceberemos na primeira a sede do domínio; no segundo, o desejo de não ser degradado — portanto, uma vontade mais firme de viver em liberdade, porque o povo pode bem menos do que os poderosos ter esperança de usurpar a autoridade. Assim, se os plebeus têm o encargo de zelar pela salvaguarda da liberdade, é razoável esperar que o cumpram com menos avaréza, e que, não podendo apropriar-se do poder, não permitam que outros o façam.

Por outro lado, os defensores da ordem estabelecida em Esparta e em Veneza pretendem que confiar este depósito aos mais poderosos dá ao Estado duas vantagens; a primeira é contemplar, em parte, a ambição dos que exercem importante influência na república e que, tendo em mãos as armas que protegem o poder, por

isto mesmo têm mais motivos de satisfação com a sua partilha; a segunda é impedir que o povo, de indole inquieta, use o poder que lhe facultaria o provocar dissensões e distúrbios capazes de levar a nobreza a algum gesto de desespero, cujos efeitos futuros se fariam sentir um dia.

Cita-se a própria Roma como exemplo. Quando os tribunos foram instituídos, o povo não se contentou com um cônsul plebeu: quis logo dois. Depois, exigiu a censura; em seguida a pretoria; mais tarde todas as demais funções de governo. Mais ainda: movido sempre pela mesma ânsia de poder, veio com o tempo a idolatrar os homens que considerava capazes de rebaixar a nobreza. Esta foi a origem do poder de Mário, e da ruína de Roma.

Considerando todos os aspectos desta questão, seria difícil decidir a quem confiar a guarda da liberdade, pois não se pode determinar com clareza que espécie de homem é mais nociva numa república: a dos que desejam adquirir o que não possuem ou a dos que só querem conservar as vantagens já alcançadas. É possível que um exame aprofundado nos leve à seguinte conclusão: ou se trata de uma república que quer adquirir um império — como Roma, por exemplo — ou de uma república que tem como fim exclusivo a sua própria conservação. No primeiro caso, é preciso fazer como se fez em Roma; no segundo, pode-se imitar Esparta e Veneza, pelos motivos sobre os quais vamos falar no capítulo seguinte, e do modo ali indicado.

Quanto a saber quais as pessoas mais perigosas numa república — as que querem adquirir ou as que não querem perder o que já possuem — lembrarei o caso de Marco Menênio e de Marco Fúlvio. Tendo sido os dois, plebeus que eram, nomeados para investigar uma conspiração urdida em Cápuia contra a república romana, o povo os investiu também com autoridade para examinar, na capital, a conduta de todos os que, por meios escusos, ambicionavam apoderar-se do consulado e outros cargos públicos. Convencida de que este poder delegado ao ditador era dirigido contra ela, a nobreza difundiu em Roma a notícia de que quem assim agia não eram os nobres, mas os plebeus; estes, sem confiança na posição familiar ou no próprio mérito, procuravam insinuar-se no governo, usando meios ilegais. Era sobretudo ao ditador que os nobres visavam em seus discursos.

Esta acusação influenciou de tal modo o espírito de Menênio que o levou a renunciar à ditadura, após um discurso em que se queixou amargamente das calúnias dos nobres. Menênio pediu para ser julgado, tendo sido declarado inocente. Nos debates que precederam o julgamento, considerou-se mais de uma vez quem seria o mais ambicioso: o que não quer perder ou o que quer adquirir — duas paixões que podem ser causa dos maiores desastres.

No entanto, as dificuldades são criadas mais frequentemente pelos que já possuem; o temor de perder o que se tem provoca paixão igual à causada pelo desejo de adquirir. É natural dos homens não se considerarem proprietários tranqüilos a não

ser quando podem acrescentar algo aos bens de que já dispõem. É preciso considerar, também, que quanto mais um indivíduo possui, mais aumenta o seu poder; é mais fácil para ele provocar alterações da ordem. E, o que é bem mais funesto, sua ambição desenfreada acende o desejo de posse no coração dos que não o tinham, seja como vingança, para despojar os inimigos, seja para compartilhar as honrarias e riquezas de que querem fazer uso ilícito.

Capítulo Sexto

Se seria possível instalar em Roma um governo que extinguísse a inimizade entre o povo e o Senado.

Expusemos já os efeitos das divergências entre o povo e o Senado. Considerando que elas duraram até o tempo dos Gracos, quando provocaram a perda da liberdade, é natural que se creia desejável que Roma tivesse podido realizar seus grandes feitos sem a perturbação causada por semelhante inimizade.

Contudo, vale a pena examinar se seria possível fundar em Roma um governo que evitasse essas dissensões. Naturalmente, para fazer um julgamento seguro, é preciso passar os olhos sobre as repúblicas que, sem discórdia e inimizade, gozaram longamente da liberdade; ver qual a forma do seu governo, e se o mesmo poderia ter sido introduzido em Roma.

Tomemos como exemplos Esparta, entre os antigos, e Veneza entre os modernos, como já tivemos ocasião de fazer.

Esparta foi governada por um reino e um Senado pouco numeroso. Veneza não dividiu o poder sob denominações diferentes; todos os que dele participavam tinham o mesmo título: "Gentiluomini". É à sorte, mais do que à sabedoria dos seus legisladores, que Veneza deve esta forma de governo. Com efeito, foi fundada pelos muitos habitantes expulsos das regiões vizinhas, devido às razões a que anteriormente me referi, e que se refugiaram nos escolhos onde hoje está situada. Vendo o seu número aumentar, os cidadãos formularam leis que lhes permitissem viver em coletividade. E como se reunissem com frequência para deliberar sobre os assuntos de interesse da cidade, refletiram que já tinham número suficiente para completar sua existência política, recusando, a todos que imigrassem depois disto, a faculdade de participar do governo. Em consequência, como estes últimos tivessem aumentado consideravelmente, passou-se a chamar "gentiluomini" aos que governavam a cidade, e aos outros, "popolani".

Esta forma de governo nasceu e se manteve sem distúrbios porque, originalmente, todos os habitantes da cidade foram chamados ao poder, de modo que nin-

guém podia queixar-se; os que vieram depois encontraram o governo já completamente organizado, e não tiveram a possibilidade, ou o desejo, de instigar tumultos. Faltou-lhes o desejo, porque nada lhes tinha sido retirado; a possibilidade, porque os governantes os controlavam com pulso firme, não lhes confiando jamais qualquer cargo que pudesse conferir-lhes a menor autoridade. Por outro lado, os que vieram se estabelecer em Veneza não eram bastante numerosos para romper o equilíbrio entre governantes e governados: os nobres eram seus iguais em número, ou mesmo superiores. Deste modo, Veneza pôde fundar um governo, e manter sua unidade.

Esparta, como já disse, governada por um rei e Senado pouco numeroso, subsistiu também durante vários séculos. Sua pequena população, a sua recusa de receber estrangeiros, a submissão às leis de Licurgo, tudo isto havia afastado as discordâncias, e permitido por muito tempo uma existência unida. Com suas instituições, Licurgo tinha estabelecido em Esparta mais igualdade de substância do que de grau; havia ali uma pobreza generalizada e igualitária. Quanto o povo, este não era ambicioso, porque as honrarias do Estado beneficiavam poucos cidadãos e a conduta destes não era de molde a despertar a inveja dos populares.

A seus reis Esparta devia esta vantagem. Do trono, no meio da nobreza, só tinham um meio para conservar toda a força da sua dignidade: defender o povo de qualquer insulto. Por isto o povo nem temia nem almejava o poder — pelo que desapareciam os germes de tumulto, e todos os pretextos de discórdia entre ele e a nobreza; puderam assim viver por muito tempo na união mais perfeita. Esta concórdia teve duas causas principais: a reduzida população de Esparta, que tornava possível o governo por poucos magistrados; e a rejeição dos estrangeiros, o que afastava do povo toda causa de corrupção, e impedia a população de aumentar além do limite imposto pelos governantes. Quando examinamos todas estas dificuldades, convencemo-nos de que os legisladores romanos, para manter sua cidade tão pacífica quanto as repúblicas que mencionamos, deveriam ou desobrigar o povo do serviço militar, como os venezianos, ou negar aos estrangeiros a cidadania, como os lacemônios. Contudo, fizeram as duas coisas, o que aumentou o número e a força do povo, multiplicando em consequência as fontes de distúrbio. Mas se a república romana tivesse sido mais pacífica, o resultado teria sido inconveniente: sua debilidade teria aumentado, e ela talvez ficasse impossibilitada de trilhar os caminhos da grandeza que mais tarde seguiu. De modo que, se os romanos tivessem querido preservar-se de tumultos, deixariam de ter todos os meios para desenvolver-se.

Se refletirmos com atenção sobre o que acontece neste mundo, ficaremos persuadidos de que não é possível remediar um inconveniente sem provocar algum outro. Assim, se se quiser um povo guerreiro e numeroso, que estenda o domínio do Estado, será necessário imprimir-lhe um caráter tal que o tornará difícil de governar; se se quer restringi-lo dentro de limites estreitos, ou mantê-lo desarmado a fim de melhor governá-lo, ele não poderá conservar suas conquistas, ou se tornará tão

covarde que será presa fácil do primeiro agressor. É preciso examinar, portanto, em todas as nossas resoluções, qual apresenta menos inconvenientes, abraçando-a como a melhor — porque jamais se encontrará nada que seja perfeitamente puro, isento de quaisquer vícios ou perigos.

Segundo o exemplo de Esparta, Roma podia perfeitamente instituir um rei eletivo, um Senado pouco numeroso; mas não podia, como Esparta, impedir que sua população crescesse, porque queria assegurar um amplo território; um rei com mandato vitalício, e um número reduzido de senadores, não teriam contribuído muito para manter a união entre os cidadãos.

Assim, se alguém quiser fundar uma nova república, deverá decidir se o seu objetivo é como o de Roma, aumentar o império e o seu poder, ou ao contrário, mantê-los limitados dentro de justos limites. No primeiro caso, seria preciso organizá-la como Roma, deixando as discordâncias e dissensões gerais seguirem seu curso da maneira que pareça menos perigosa; sem uma população importante, bem armada, nenhuma república poderá jamais crescer.

No segundo caso pode-se imitar a constituição de Esparta ou de Veneza. Contudo, como para as repúblicas deste tipo a sede de crescimento é um veneno, o fundador do novo Estado deverá proibir as conquistas com todos os meios ao seu alcance. Toda conquista de um Estado fraco termina por arruiná-lo: Esparta e Veneza são exemplos muito claros. Esparta, após ter conquistado quase toda a Grécia, demonstrou, no primeiro revés, a fraqueza dos fundamentos do seu poder; depois da revolta de Tebas, provocada por Pelópidas, as outras cidades se levantaram, derrubando aquela república. Veneza também se tinha apossado de uma grande parte da Itália, antes pela sua riqueza e política do que pelas armas. Quando quis prová-las, perdeu, num só combate, todos os Estados que possuía.

Acredito que, para estabelecer uma república cuja existência se possa prolongar por muito tempo, o melhor seria organizá-la como Esparta ou Veneza, num local protegido, tornando-a forte o bastante para que ninguém pensasse poder vencê-la.

Mas este poder não deveria ser suficientemente grande para fazê-la temida pelos vizinhos. Deste modo seria possível assegurar ao seu governo uma longa vida. Pois só dois motivos levam a atacar uma república: o desejo de apoderar-se dela, ou de impedir que venha a se apoderar do país atacante. O meio que indicamos remedia estes dois inconvenientes. Se é difícil vencê-la por assalto, e se ela está sempre pronta a defender-se, como estou sugerindo, raramente acontecerá (se acontecer) que alguém tente dominá-la.

Se a república se mantiver dentro dos seus limites, se a experiência demonstrar que não dá ouvido à ambição, o medo jamais levará os vizinhos a declarar-lhe a

guerra. Confiança que será ainda maior se a constituição a proibir de alterar seus limites. Estou seguro de que se este equilíbrio puder ser mantido, teremos a vida coletiva mais perfeita, e a paz mais desejável para uma cidade. Todavia, como não há nada que seja permanente entre os mortais, e nada é estável, é natural que as coisas melhorem ou piores. A necessidade, por sua vez, muitas vezes nos obriga a empreendimentos que a razão nos faria rejeitar. Assim, depois de fundar uma república adaptada a se manter sem conquistas, se surgiu a necessidade de fazê-la crescer, ela logo desmoronaria, por falta da base necessária.

Por outro lado, se o céu a favorecesse poupando-lhe os desastres da guerra, o ócio criaria no seu seio a discórdia ou o langor: estes dois flagelos (se um só não bastasse) seriam a causa da sua perdição.

Entretanto, como a meu juízo não se pode manter esta balança em repouso, ou em equilíbrio perfeito, é preciso, ao fundar uma república, escolher o caminho mais honroso, organizando-a de maneira tal que, se surgir a necessidade de crescer, ela possa conservar as possessões que vier a adquirir. E, para voltar ao meu primeiro raciocínio, penso que se deve imitar a constituição de Roma e não a das outras repúblicas que consideramos; não creio que seja possível escolher um termo intermediário entre estes dois modos de governo. Acho que é preciso tolerar as discórdias que possam surgir entre o povo e o Senado, considerando-as como um mal necessário para alcançar a grandeza romana. Além dos motivos já alegados, pelos quais demonstrei que a autoridade dos tribunos era indispensável à conservação da liberdade, é fácil perceber a vantagem que trazia para as repúblicas o poder de acusar — parte das atribuições dos tribunos — como se explicará no capítulo seguinte.

Capítulo Sétimo

Como o direito de acusação pública é necessário para manter a liberdade numa república.

Não se pode dar aos guardiães da liberdade num Estado direito mais útil e necessário do que o de poder acusar, perante o povo, ou diante de um magistrado ou tribunal, os cidadãos que tenham atentado contra esta liberdade. Esta medida tem, numa república, dois efeitos extremamente importantes: o primeiro é que os cidadãos, temendo ser acusados, não ousam investir contra a segurança do Estado; se tentam fazê-lo, recebem imediatamente o castigo merecido. O outro é o de se constituir numa válvula de escape à paixão que, de um modo ou de outro, sempre fermenta contra algum cidadão. Quando esta paixão não encontra um meio legal de vir à superfície, assume uma importância extraordinária, que abala os fundamentos da república. Nada a enfraquecerá tanto, todavia, quanto organizar-se o Estado de modo tal que a fermentação de paixões possa escapar por um canal autorizado. É o que se prova com muitos exemplos, e sobretudo pelo que Tito Lívio relata a propósito de Coriolano.

Tito Lívio conta que a nobreza romana estava indisposta contra o povo, que lhe parecia ter adquirido demasiada autoridade desde a instituição dos tribunos. Roma sofria, nessa época — como acontecia com frequência —, grande escassez de alimentos, e o Senado tinha mandado comprar na Sicília os cereais de que a população necessitava. Foi quando Coriolano, inimigo do partido popular, fez sentir que era chegado o momento de castigar o povo, retirando-lhe a autoridade que havia usurpado à nobreza. Para isto, queria fazê-lo passar fome, recusando a distribuição do trigo. Como esta proposta tivesse chegado a ouvidos populares, levantou-se grande indignação contra o seu autor, que teria sido morto se os tribunos não o houvessem citado para que comparecesse diante deles, a defender sua causa.

Este acontecimento fundamenta o que disse acima: é útil e necessário que as leis da república concedam à massa um meio legítimo de manifestar a cólera que lhe possa inspirar um cidadão; quando este meio regular é inexistente, ela recorre a meios extraordinários: e não há dúvida de que estes últimos produzem males maiores do que os que se poderia imputar aos primeiros. De fato, se um cidadão é puni-

do por meios legais, ainda que injustamente, isto pouca ou nenhuma desordem causa na república, por ter ocorrido a punição sem recurso à força particular, ou de estrangeiros, causas ordinárias da ruína da liberdade. É uma punição baseada apenas na força da lei e da ordem pública, cujos limites são conhecidos, e cuja ação nunca é violenta o bastante para subverter a república.

Para apoiar minha opinião com exemplos, basta-me o de Coriolano, entre os antigos. Que se considere, com efeito, todos os males que teriam resultado para a república romana se tivesse ocorrido um massacre, como resultado da comoção popular. Teria havido um crime; ora, o crime provoca o medo; o medo busca meios de proteção; estes reclamam partidos; e os partidos criam as facções que dividem as cidades, e originam a ruína dos Estados. Mas se a ação for cometida pela autoridade legítima, prevenir-se-á o desenvolvimento de todos os males que poderiam nascer do simples uso da força particular.

Vimos em nosso tempo as inovações introduzidas na república de Florença pela impossibilidade em que se encontrava a multidão de atacar legalmente Francesco Valori, cidadão cuja autoridade era semelhante à de um príncipe. A maioria do povo suspeitava da sua ambição, acusando-o, por sua audácia, de querer elevar-se acima das leis. A república não tinha outro meio de resistir-lhe senão o de opor-lhe uma opinião contrária. Mas Valori, que só respeitava os meios extraordinários, procurou cercar-se de cúmplices que o defendessem. Os que o combatiam, não podendo dominá-lo pela força das leis, empregaram então meios ilegais, vencendo-o pelas armas. O método, que obrigava a lutar com recursos que a lei não outorgava, fez com que Valori arrastasse em sua queda muitos cidadãos dignos.

Estas reflexões adquirem força nova quando se pensa no que sucedeu em Florença com Pedro Soderini — exclusivamente porque não existia na república um modo adequado de conter a ambição dos cidadãos que adquiriam excessivo poder. Pode-se, de fato, considerar adequada a faculdade de acusar um homem poderoso perante tribunal composto apenas por oito juizes? Os juizes devem ser muitos, porque o pequeno número se curva facilmente à vontade dos poderosos. Com efeito, se o Estado tivesse tido meios de defesa, e se Soderini fosse culpado, os cidadãos teriam podido satisfazer sua animosidade sem ter que implorar a assistência do exército espanhol. Se, ao contrário, sua conduta fosse legítima, não teriam ousado processá-lo, pelo temor de terminarem como réus. E assim se extinguiria o furor deste ressentimento que foi causa de tantas desordens.

De onde se conclui que todas as vezes que um dos partidos que dominam uma cidade pede socorro a forças estrangeiras, deve-se atribuir isto aos defeitos da sua constituição, e ao fato de não existir no seio daquela república uma instituição que favoreça a explosão regular dos ressentimentos que agitam com tanta frequência os indivíduos.

Seria possível prevenir tais inconvenientes se se estabelecesse um tribunal bastante numeroso para tomar conhecimento de todas as acusações. Em Roma, esta instituição era tão bem ordenada que, no meio de longas dissensões entre o povo e o Senado, nunca um ou outro — nem um simples cidadão — pensou em chamar em seu socorro forças estrangeiras. Como possuíam em casa o remédio para o mal, não tinham necessidade de ir buscá-lo em outra parte.

Embora os exemplos precedentes sejam suficientes para demonstrar o que afirmo, quero relatar um outro, fornecido também pela "História" de Tito Lívio. Conta aquele autor que em Chiusi, uma das cidades mais renomadas da Toscana, um certo Lucumo tinha violado a irmã de Arunte; este, não podendo vingar-se, pois o inimigo era poderoso, procurou os gauleses que ocupavam a região hoje conhecida como Lombardia, propondo-lhes o envio de uma expedição contra a cidade, fazendo ver que seria vantajoso tomar a si aquela vingança. Está claro que se Arunte tivesse podido vingar-se de acordo com as leis da sua pátria, não teria recorrido às forças dos bárbaros.

Todavia, embora as acusações sejam úteis numa república, as calúnias são daninhas, e inúteis, como veremos no capítulo que se segue.

Capítulo Oitavo

As calúnias são tão perniciosas às repúblicas quanto são úteis as denúncias.

Embora Camilo Furius, cuja coragem libertara Roma do jugo dos gauleses, tivesse pelo seu mérito obrigado todos os cidadãos a reconhecê-lo como superior, sem que se considerassem por isto rebaixados, Mânlio Capitolino sofria com impaciência a atribuição àquele grande homem de tantas honrarias. Salvador do Capitólio, pensava ter contribuído tanto quanto Camilo para a defesa da cidade, e não se considerava em coisa alguma inferior ao rival, no concernente aos outros talentos militares. Devorado pela inveja, irritado com a glória de Camilo, e vendo que não conseguia semear a discórdia entre os senadores, lançou-se aos braços do povo, espalhando entre os cidadãos suspeitas as mais ignóbeis. Dizia, entre outras coisas, que os tesouros reunidos para saciar a avidez dos gauleses (tesouros que, afinal, não lhes tinham sido entregues) haviam sido divididos entre alguns cidadãos: que se fossem recuperados, dando-se-lhes uma destinação pública, seria possível aliviar o povo de uma parte dos tributos, ou pagar algumas das suas dívidas. Estes discursos tiveram bastante influência sobre o povo, levando-o a se reunir, e a cometer desordens pela cidade. Irritados, os senadores, julgando o Estado em perigo, nomearam um ditador para tomar conhecimento do que se passava, e reprimir a audácia de Mânlio. Citado pelo ditador, os dois se encontraram em praça pública: o ditador cercado de todos os nobres, Mânlio no meio do povo. Ordenou-se a Mânlio declarar onde se encontrava o tesouro a que se referia, pois o Senado tinha tanto desejo de localizá-lo quanto o povo. Sem ter nada a dizer de positivo, Mânlio respondeu, de modo evasivo, que era inútil dizer o que todos sabiam tão bem quanto ele; por esta resposta, o ditador o fez prender em seguida.

Este episódio mostra claramente que a calúnia deve ser detestada, nas cidades que vivem sob o império da liberdade -- e como é importante criar instituições capazes de reprimi-la. Para isto, o melhor meio é abrir caminho às denúncias. Quanto mais estas denúncias são propícias à república, mais as calúnias se tornam injuriosas. É preciso atentar para o fato de que a calúnia dispensa testemunhos e provas: qualquer um pode ser caluniado por qualquer um. Mas as acusações exigem provas exatas, com a indicação de circunstâncias precisas, que demonstram fatos.

Acusa-se os cidadãos perante magistrados, perante o povo, ou os tribunais; calúnia-se nas praças públicas, em reuniões particulares. A calúnia é mais empregada sobretudo nos Estados onde a acusação é menos habitual, e cujas instituições não se harmonizam com este sistema.

Por isto, o fundador de uma república deve estabelecer o princípio de que todo cidadão poderá ser acusado, sem qualquer temor ou perigo; uma vez estabelecido e bem observado este direito, os caluniadores devem ser punidos rigorosamente; não poderão queixar-se de tal punição, uma vez que existam tribunais abertos para ouvir acusações contra os que preferirem caluniar em reuniões particulares. Em toda parte onde esta disposição não está perfeitamente estabelecida, sempre nascem grandes desordens. A calúnia, de fato, irrita os homens e não os corrige; os que se irritam só pensam em seguir seu caminho, porque detestam a calúnia mais do que a temem.

Esta era uma das medidas bem ordenadas em Roma, mas foi sempre mal organizada em Florença. Como a ordem estabelecida em Roma teve grandes méritos, assim também em Florença a desordem contrária provocou males dos mais funestos.

Quem ler a história desta cidade verá como a calúnia sempre perseguiu os cidadãos que se envolveram em qualquer assunto de importância. Dizia-se de um, que havia desviado fundos do Estado; de outro, que por corrupto não alcançara a vitória; de outro ainda, que a sua ambição causara esta ou aquela desgraça. Como resultado, surge a animosidade e o rompimento aberto de facções, levando o facciosismo à ruína do Estado.

Se houvesse em Florença uma lei que permitisse acusar os cidadãos, e punir os caluniadores, não teria havido todas as desordens ocorridas nesta cidade. Condenados ou absolvidos, os cidadãos acusados não se teriam tornado perigosos para o Estado. De todo modo, o número dos acusados teria sido sempre muito inferior aos caluniados. Como disse, pode-se acusar tão facilmente quanto caluniar. A calúnia foi sempre um dos meios utilizados pelos ambiciosos para chegar à grandeza, e não dos menos eficazes. Foi empregada contra os poderosos que se opunham à avidez dos caluniadores, servindo maravilhosamente aos desígnios destes. De fato, tomando o partido do povo, e acirrando o seu natural ciúme contra tudo o que é elevado, o caluniador conseguia facilmente o seu apoio.

Poderia citar muitos exemplos para ilustrar a tese que avancei, mas me contentarei com um só.

O exército de Florença assediava Luca, sob o comando de João Guicciardini, comissário da república. Seja pela imperícia do comando militar, seja por simples má sorte, não foi possível tomar a cidade. Qualquer que tenha sido a causa do in-

fortúnio, lançou-se a culpa sobre João, acusando-o de se ter deixado corromper pelos habitantes de Luca. Seus inimigos ecoaram esta calúnia, levando-o quase ao desespero. Para se justificar, ofereceu-se em vão como prisioneiro ao capitão do povo, e não conseguiu jamais se justificar integralmente, porque não havia nesta república um modo próprio de fazê-lo.

Disto resultou profunda irritação entre os amigos do caluniado — a maioria dos aristocratas de Florença — e entre os que almejavam uma modificação no governo. Tais inimizades, atizadas diariamente por estes e outros motivos, acenderam enfim um incêndio, que devorou toda a república.

Mânlio Capitolino foi um caluniador, e não denunciante; no episódio que o envolveu, os romanos deram um exemplo claro da maneira como a calúnia deve ser reprimida: obrigando o caluniador a agir como acusador, para recompensá-lo — ou, pelo menos, deixá-lo sem punição — se a acusação for fundada. Mas, no caso de falsidade, para puni-lo, como foi punido Mânlio Capitolino.

Capítulo Décimo Primeiro

A religião dos romanos.

Roma teve Rômulo por fundador, devendo-lhe, como a um pai, seu nascimento e formação. Os céus não julgaram, porém, que as instituições daquele príncipe fossem suficientes para os grandes destinos do império, inspirando ao Senado a escolha de Numa como seu sucessor, para que promulgasse todas as leis que Rômulo não chegou a formular.

O novo monarca encontrou um povo bravo; quis impor-lhe o jugo da obediência civil, fazendo com que experimentasse as artes da paz. Voltou o seu olhar para a religião como o agente mais poderoso da manutenção da sociedade, fundando-a sobre tais bases que nenhuma outra república demonstrou jamais maior respeito pelos deuses, o que facilitou todos os empreendimentos do Senado e dos grandes homens que aquele Estado viu nascer.

Quem examinar os atos importantes devidos a todo o povo romano reunido, ou a grupos de cidadãos, verá que os romanos respeitavam seus juramentos mais ainda do que as leis, convencidos que estavam de que a potência dos deuses é maior do que a dos homens. Cipião e Mânlio Torquato ofereceram dois exemplos frisantes.

O primeiro, após a vitória de Cannes, que Anibal impôs aos romanos, vem a saber que um grupo de cidadãos, aterrorizados com a derrota, pretendiam abandonar a Itália, buscando refugio na Sicília. Corre ao seu encontro e, de espada na mão, força-os a jurar que não abandonariam a pátria.

Tito Mânlio, conhecido depois pelo sobrenome Torquato, tinha sido acusado por Marco Pomponio, tribuno do povo. Antes do dia do julgamento, Tito vai procurar Marco e o ameaça de morte, obrigando-o a abandonar a acusação dirigida contra seu pai. É o que Pomponio jura e, tendo comprometido a palavra, abandona de fato a acusação.

Vê-se, nestes exemplos, que cidadãos a quem o amor da pátria e a força das leis não puderam reter na Itália, nela permaneceram, presos por juramento que

lhes tinha sido arrancado à força; e como Pomponio esqueceu a animosidade que sentia por Lúcio Mânlio, e a injúria recebida do seu filho, olvidando a própria honra para guardar a palavra empenhada. Fidelidade sublime que teve sua origem na religião introduzida por Numa no Governo de Roma.

Quando se examina o espírito da história romana, é forçoso reconhecer que a religião servia para comandar os exércitos, levar a concordia ao povo, zelar pela segurança dos justos e fazer com que os maus corrassem pelas suas infâmias. De modo que, se se tivesse de dizer a quem Roma devia maiores obrigações, se a Rômulo ou a Numa, creio que este último teria a preferência. Nos Estados onde a religião é toda-poderosa pode-se introduzir facilmente o espírito militar; já num povo guerreiro, mas irreligioso, é difícil fazer penetrar a religião. Vê-se com efeito que, para organizar o Senado e estabelecer a ordem civil e militar, Rômulo não sentiu necessidade de se apoiar na autoridade dos deuses, mas Numa precisou recorrer à sua intervenção, alegando encontrar-se com uma ninfa, de quem recebia conselhos para serem transmitidos ao povo (o que não teria ocorrido se Numa não pretendesse estabelecer instituições novas e inusitadas, e se não duvidasse de que para isto bastaria sua própria autoridade).

De fato, nunca nenhum legislador outorgou a seu povo leis de caráter extraordinário sem apelar para a divindade, pois sem isto não seriam aceitas. Há muitas instituições cujos efeitos benéficos podem ser previstos por um homem sábio e prudente, mas cuja evidência não é tal que convença imediatamente todos os espíritos. Por isto o governante sábio recorre aos deuses. Foi o que fizeram Licurgo, Sólon e a maior parte dos que tiveram idêntico objetivo.

Admirador das virtudes e da sabedoria de Numa, o povo romano se empenhou em obedecer às instituições que ele formulou. É verdade que o domínio exercido naquela época pela religião, e a simplicidade dos homens que Numa devia governar, facilitaram-lhe o cumprimento dos seus desígnios, de tal modo os espíritos estavam preparados para receber novas impressões. Está também fora de dúvida que o legislador que hoje quisesse fundar um Estado encontraria menos obstáculos entre os rudes habitantes das montanhas, onde a civilização ainda é desconhecida, do que entre os habitantes das cidades, cujos costumes já estão corrompidos. Da mesma forma, um escultor fará mais facilmente uma bela estátua com um bloco informe do que com um mármore já trabalhado por mão imperita.

Tudo bem considerado, concluo que a religião estabelecida por Numa em Roma foi uma das causas principais da felicidade daquela nobre cidade, porque introduziu no seu seio uma útil ordenação, a qual por sua vez a conduziu a um destino feliz; deste decorreu o êxito que coroou todos os seus empreendimentos.

Se a observância do culto divino é a fonte da grandeza dos Estados, a sua negligência é causa da ruína dos povos. Onde não exista o temor a Deus o império su-

cumbirá, a menos que seja sustentado pela fé de um príncipe capaz de se apoiar na religião. Mas, como a vida de um príncipe não é duradoura, o Estado inevitavelmente se arruinará logo que lhe falte o apoio das suas virtudes. De onde se vê que os governos cuja sorte depende da sabedoria de um só homem têm curta duração, porque sua virtude se extingue com a vida do príncipe; raramente seu vigor se restabelece com o sucessor, como Dante sabiamente exprimiu nos versos:

“É raro que, entre os homens,
O valor passe de pai a filho — assim dispõe
Aquele que o provê”.

Não basta, portanto, para a felicidade de uma república ou de um reino, ter um príncipe que governe com sabedoria durante sua vida; é necessário que o soberano organize o Estado de modo que, mesmo após sua morte, o governo se mantenha cheio de vida. Embora seja mais fácil demonstrar a homens ainda bárbaros as benesses da ordem e das novas instituições, não é impossível inspirar amor aos que já são civilizados, ou que dizem se-lo.

Os florentinos não se julgam ignorantes ou grosseiros, e, contudo, Savonarola conseguiu convencê-los de que conversava com Deus. Não tenho a pretensão de decidir se ele estava certo ou equivocado; sobre um homem tão extraordinário só se deve falar com respeito. Lembro apenas que muitíssimas pessoas acreditaram no que dizia sem nada ver de sobrenatural que pudesse justificar a sua crença; a sua doutrina, suas dissertações, a sua vida, eram suficientes para que se ouvisse com fé as palavras que pronunciava.

Contudo, não deve causar espanto que possam fracassar, hoje, empresas em que tantos outros tiveram êxito; pois os homens, como disse no prefácio, nascem, vivem e morrem sempre de acordo com as mesmas leis.

Capítulo Décimo Segundo

Como é importante conservar a religião, e como a Itália se arruinou por a ter perdido, devido à Igreja Romana.

Os príncipes e as repúblicas que querem impedir a corrupção do Estado devem sobretudo manter sem alterações os ritos religiosos e o respeito que inspiram. O ídolo mais seguro da ruína de um país é o desprezo pelo culto dos deuses: o que será fácil de compreender se se souber o fundamento da religião do país; pois toda religião tem como base alguma instituição principal.

A religião dos pagãos se fundava nos vaticínios dos oráculos, nos augúrios e auspícios; esta a origem de todas as suas cerimônias, seus ritos e sacrifícios. Acreditavam que a divindade que podia prever os bens e os males futuros era capaz também de provocá-los. Daí os templos, sacrifícios, orações e todas as demais cerimônias destinadas a honrar os deuses. Pelos mesmos motivos o oráculo de Delos, o templo de Júpiter-Amom, e outros não menos célebres mereciam admiração e devoção universais. Mas quando os oráculos começaram a tomar o partido dos poderosos, e a fraude foi percebida, os homens se fizeram menos crédulos, mostrando-se dispostos a contestar a ordem estabelecida.

Os dirigentes de uma república ou de uma monarquia devem respeitar os fundamentos da religião nacional. Seguindo este preceito, ser-lhes-á fácil manter os sentimentos religiosos do Estado, a união e os bons costumes. Devem, ademais, favorecer tudo o que possa propagar esses sentimentos, mesmo que se trate de algo que considerem ser um erro. Quanto mais esclarecidos, e maior o seu conhecimento da ciência da natureza, mais firmemente devem agir assim.

É de tal comportamento, de homens sábios e esclarecidos, que nasceu a crença nos milagres, aceita por todas as religiões mesmo as falsas. Os próprios sábios a difundiam, qualquer que fosse a sua origem, fazendo da sua autoridade uma prova suficiente para os outros cidadãos. Em Roma houve muitos destes milagres, dentre os quais citaria o seguinte. Os soldados romanos saqueavam a cidade de Veios; ali, quando entraram no templo de Juno e, aproximando-se da estátua da deusa, perguntaram-lhe se queria ir com eles para Roma: "vis venire Romam?" Houve

quem pensasse tê-la visto responder que "sim", com um gesto ou uma palavra. Cheios de religiosidade, esses soldados (como comenta Tito Lívio, observando que tinham entrado no templo sem desordem, dominados pelo respeito e pela devoção) acreditaram facilmente que a deusa dava à pergunta a resposta que tinham provavelmente presumido. E Camilo, como os outros responsáveis pelo governo, accitou e difundiu esta crença.

Se a religião se tivesse podido manter na república cristã tal como o seu divino fundador a estabelecera, os Estados que a professavam teriam sido bem mais felizes. Contudo, a religião decaiu muito. Temos a prova mais marcante desta decadência no fato de que os povos mais próximos da Igreja Romana, a capital da nossa religião, são justamente os menos religiosos. Se examinássemos o espírito primitivo da religião, observando como a prática atual dela se afasta, concluiríamos, sem dúvida, que chegamos ao momento da sua ruína e do seu castigo.

Como há quem pretenda que a felicidade da Itália depende da Igreja de Roma, apresentarei contra essa Igreja várias razões que se oferecem ao meu espírito, dentre as quais duas extremamente graves, contra as quais, segundo penso, não há objeção possível. Em primeiro lugar, os maus exemplos da corte romana extinguíram, neste país, a devoção e a religião, que trouxe como consequência muitos inconvenientes e distúrbios. E como em toda parte onde reina a religião se acredita na prevalência do bem, pela mesma razão se deve supor a presença do mal nos lugares onde ela desapareceu. É, portanto, à Igreja e aos sacerdotes que os italianos devem estar vivendo sem religião e sem moral; e lhes devemos uma obrigação ainda maior, que é a fonte da nossa ruína: a Igreja tem promovido incessantemente a divisão neste malfadado país — e ainda a promove. Com efeito, só há união e felicidade nos Estados sujeitos a um governo único e a um só príncipe, como a França e a Espanha. A razão por que a Itália não se encontra na mesma situação daqueles dois países, não possuindo um governo único, monárquico ou republicano, é exclusivamente a Igreja, a qual, tendo possuído e saboreado o poder temporal, não tem contudo a força suficiente, nem a coragem bastante, para se apossar do resto do país, tornando-se dele soberana.

Por outro lado, se a Igreja nunca foi tão forte como para poder ocupar toda a Itália, não permitiu que qualquer outro país dela se apossasse; fez assim com que esta nação não se pudesse reunir sob um só chefe, mantendo-se dividida entre vários príncipes ou senhores. Daí a desunião e a fraqueza, que a reduziram a presa não só de bárbaros ferozes, mas do primeiro que quisesse atacá-la.

É à Igreja que a Itália deve isto. E para provar esta verdade com uma experiência irrecusável, bastaria que se fizesse a corte romana mudar-se, com toda a autoridade que possui em Roma, para a Suíça — o único país contemporâneo que se assemelha aos antigos, na religião e nas instituições militares. Ver-se-ia em pouco tempo os costumes corruptos daquela corte provocarem desordens das mais profundas, que poderiam produzir, sem tardança, os acontecimentos mais desastrosos.

Capítulo Décimo Terceiro

Como os romanos se serviram da religião para organizar o governo da república, para promover seus empreendimentos e reprimir desordens.

Penso que não estaria fora de propósito relatar aqui alguns exemplos do modo como os romanos se serviram da religião para executar reformas no Estado, e para promover seus empreendimentos. Tito Lívio nos dá muitos exemplos, mas me contentarei com os seguintes.

Depois que os tribunos militares sucederam os cônsules no poder consular, aconteceu num certo ano que o povo elegeu todos eles dentre os plebeus, com uma única exceção. Naquele mesmo ano o país sofreu peste e fome, acompanhadas de muitos prodígios. Quando da eleição subsequente, os nobres, aproveitando-se das circunstâncias, divulgaram que os deuses estavam irritados com Roma, a qual havia prejudicado a majestade do império, e que a única maneira de aplacá-los seria retirar os tribunos da classe onde deviam ser justamente escolhidos. Atemorizado, temendo ofender a religião, o povo elegeu todos os novos tribunos dentre os patricios.

O assédio de Veios nos ofereceu um exemplo do modo como os generais se utilizavam da religião para incitar os soldados a uma campanha. Em certo ano o lago de Alba tinha crescido de forma prodigiosa; os soldados romanos, cansados pelo longo sítio, queriam voltar à sua cidade; foi quando se fez correr a voz de que Apolo, e outros oráculos, tinham profetizado que Veios se renderia no ano em que as águas do Alba extravasassem suas margens.

A esperança de que a cidade sitiada fosse logo tomada permitiu que os soldados suportassem a morosidade da guerra, e os aborrecimentos do sítio. Prosseguiram na sua campanha prazerosamente, até o dia em que Camilo, nomeado ditador, tomou a cidade, após um assédio de dez anos. Deste modo, a religião, bem empregada, foi de utilidade para conquistar Veios e para obrigar a eleição de tribunos escolhidos dentre os nobres. Sem a religião, teria havido sem dúvida grandes dificuldades naquelas duas ocasiões.

Não quero deixar escapar um outro exemplo. Tinha havido desordem em Roma no tempo do tribuno Terêncio, que desejava promulgar uma lei sobre cujos motivos falaremos mais adiante. Entre os meios empregados contra ele pela nobreza, um dos mais poderosos foi a religião, utilizada com dois objetivos. Em primeiro lugar, foram consultados os livros sibilinos, que se interpretou de modo a profetizar que naquele ano a cidade estaria sob ameaça até mesmo de perder a liberdade caso houvesse discórdia interna. Embora descoberto pelos tribunos, o embuste provocou um tal terror entre os populares que congelou todo o seu ardor por seguir a proposta de Terêncio.

A outra vantagem foi a seguinte: um certo Ápio Erdônio se havia apoderado à noite do Capitólio, à frente de mais de quatro mil bandidos e escravos; temia-se que se os équos ou os volscos, inimigos perenes de Roma, atacassem a cidade naquele momento, poderiam tomá-la por assalto. Contudo, os tribunos insistiam opinativamente na necessidade de promulgar a lei Terência, alegando que Roma de fato não corria o menor perigo. Foi quando um certo Públio Rubético, homem sério e razoável, saiu do Senado e, num discurso entre ameaçador e aliciente, expôs os perigos que cercavam a capital, mostrando ao povo que sua reivindicação não era oportuna, e convencendo-o a jurar o cumprimento das ordens do cônsul. A multidão obedeceu, e o Capitólio foi tomado pela força.

Como o cônsul Públio Valério foi morto no ataque, nomeou-se imediatamente Tito Valério para substituí-lo. Este preferiu não dar ao povo tempo para pensar sobre a controvertida lei, ordenando-lhe sair de Roma para machucar contra os volscos, com a justificativa de que o juramento feito tornava aquela ordem obrigatória. Os tribunos se opuseram, dizendo que o juramento havia sido feito ao cônsul falecido. Mas Tito Lívio conta como o povo, temendo violar a religião, preferiu obedecer ao cônsul, em vez de ouvir os tribunos. E acrescenta estas palavras em favor da antiga religião: "Nondum haec, quae nunc tenet sacculum, negligentia deum venerat, nec interpretando sibi quisque iurandum et leges apas faciebat" ("não predominava ainda, como hoje, a inobservância das coisas divinas; nem cada um interpretava a seu modo o valor das leis e dos juramentos").

Temerosos de perder credibilidade, os tribunos entraram em acordo com o cônsul, consentindo em obedecê-lo, e admitindo deixar transcorrer todo um ano sem insistir na lei Terência, sob condição de que durante esse período os cônsules não levassem o povo à guerra. Deste modo, a religião deu ao Senado os meios para vencer uma dificuldade que não teria sido jamais contornada sem o seu auxílio.

Capítulo Décimo Quarto

Os romanos interpretavam os auspícios conforme a necessidade, e agiam com grande prudência na observância pública da religião, mesmo quando eram obrigados a violá-la; puniam todos os que, temerariamente, a desprezavam.

Como disse anteriormente, os augúrios constituíam não só boa parte do fundamento da religião mas também uma das fontes do bem-estar da república romana. Eram, igualmente, de todas as instituições religiosas, aquela à qual os romanos atribuíam a maior importância. A abertura das sessões consulares, o início de todos os empreendimentos, e das campanhas militares, o momento de travar batalha — enfim, todo assunto de importância, civil ou militar — dependia de que se auscultasse os auspícios; jamais se dava início a uma expedição sem persuadir os soldados de que os deuses haviam prometido a vitória.

Entre os áugures, havia os guardiães das aves sagradas que seguiam os exercícios. Quando se preparava o ataque ao inimigo, esses guardiães faziam auspícios favoráveis se as aves comessem com aidez (caso em que se combatia com confiança); se se recusavam a comer, era aconselhável abster-se do ataque. Contudo, quando a razão fazia sentir a necessidade do combate, ainda que os auspícios fossem contrários, não se deixava de combater; mas tomava-se cuidado para evitar a acusação de desprezo pela religião.

Foi o que fez o cônsul Papírio por ocasião de uma batalha de grande importância contra os samnitas (o tiro de misericórdia contra esse povo agüerrido). A vitória lhe parecia certa, se pudesse atacar em dado momento; desejando aproveitar oportunidade tão favorável, fez com que se procurassem os auspícios, mas as aves sagradas se recusaram a comer. Vendo o ardor das tropas, a convicção do general e dos soldados de que venceriam a batalha, o chefe dos guardiães não quis que se perdesse a oportunidade e mandou dizer ao cônsul que os auspícios eram favoráveis.

Contudo, quando Papírio dispunha o exército em posição de ataque, alguns dos guardiães comentaram o que tinha acontecido. A notícia chegou a Spúrio Papírio.

rio, sobrinho do cônsul, que foi levá-la ao tio. Papírio respondeu imediatamente que fosse cumprir o seu dever; que quanto a ele e ao exército os auspícios estavam perfeitamente em ordem; se o chefe dos guardiães o tivesse alterado, a culpa recairia exclusivamente sobre ele. E para que as coisas se passassem assim, deu ordens de colocar o guardião na linha avançada do ataque, onde ele foi atingido acidentalmente por uma lança romana, que o matou. Ao ser informado do acidente, Papírio declarou que agora tudo sairia bem, e que os deuses lhes seriam favoráveis, porque o erro cometido pelo exército tinha sido lavado pela morte do impostor, cujo sangue extinguiu a cólera que pudessem ter contra os romanos. Conciliando assim com prudência seus objetivos com a predição dos oráculos, entrou em combate sem que os soldados suspeitassem que pudesse ter infringido em qualquer ponto as ordens sagradas da religião.

Durante a primeira guerra púnica, Ápio Pulcro comportou-se, na campanha da Sicília, de modo oposto. Queria atacar os cartagineses e fez consulta às aves sagradas, que não quiseram alimentar-se. "Vejam-se se querem beber", disse; e mandou jogá-las ao mar. A batalha foi travada, e os romanos, vencidos. Sua conduta foi condenada em Roma, enquanto a de Papírio foi elogiada.

Esta diferença de tratamento tinha menos que ver com o fato de um haver sido vencido, enquanto o outro fora vencedor, do que com a circunstância de que o segundo tratara com prudência os oráculos, enquanto que o primeiro os desprezara temerariamente.

Este costume de consultar os auspícios tinha uma só finalidade: incitar os soldados a marchar confiantes para o combate, pois a confiança gera quase sempre a vitória. Esta prática não era seguida apenas pelos romanos, mas também por estrangeiros. Darei um exemplo no capítulo seguinte.

Capítulo Décimo Quinto

Como os samnitas recorreram à religião como um derradeiro remédio contra os seus males.

Depois de terem sido vencidos muitas vezes pelos romanos, os samnitas foram completamente derrotados na Toscana, perecendo todos os seus soldados e capitães. E com eles os toscanos, gauleses e úmbrios, que partilharam o desastre. "Nec suis nec externis viribus jam stare poterant, tament bello non abstinebant; adeo ne infelicitur quidem defensae libertatis taedebat, et vinci quam non tentare victoriam malebant" ("Já não podiam contar com sua própria força, ou com a dos aliados, e contudo não abandonavam a disposição de combater pela liberdade defendida com tão pouca sorte; preferiam ser vencidos a deixar de tentar a vitória"). Foi quando resolveram fazer uma última tentativa. E como sabiam que o êxito desse esforço dependia em grande parte da firmeza dos soldados, e que o modo mais seguro de promovê-la era a religião, pensaram renovar um antigo sacrifício, servindo-se para isso do Sumo Sacerdote Óvio Pácio; arranjaram as cerimônias da seguinte forma: após um sacrifício solene, chamou-se todos os chefes militares para junto dos corpos dos soldados mortos em combate, colocados em altares iluminados por tochas. Os chefes juraram então não abandonar o combate um instante sequer. Chamou-se, em seguida, todos os soldados, uns após os outros: ao lado dos altares, e no meio de numerosos centuriões com a espada desembainhada, os soldados juraram não repetir jamais o que iriam ver e ouvir, após o que se exigiu deles que promettessem diante dos deuses, com imprecações terríveis, as fórmulas mais espantosas, seguir estritamente as ordens dos seus comandantes, sem abandonar o combate sob qualquer pretexto, matando todos os que vissem fugir. Apelou-se para a vingança dos céus, que deveria cair sobre as suas cabeças e as dos seus descendentes, caso traissem a palavra empenhada.

Alguns soldados, assustados, recusaram-se a prestar tal juramento, e foram massacrados pelos centuriões. Os sobreviventes, horrorizados com o espetáculo, juraram unanimemente.

Para dar maior pompa à assembléia, que reunia mais de quarenta mil homens, os soldados foram vestidos de branco, com cristas e penachos sobre as capacetes; assim uniformizados, foram acampar perto de Aquilônia. Papírio foi ao seu encontro e, para animar os soldados romanos, disse-lhes: "Non enim cristas vulnera facere et picta atque aurata scuta transire romanum pilum" ("As cristas não são perigosas, e os escudos dourados também podem ser transpassados pelas lanças romanas").

A fim de atenuar o medo que a tropa pudesse ter do juramento feito pelos inimigos, Papírio disse que este contribuiria mais para difundir o temor no seu seio do que para inflamar sua coragem, observando que os samnitas teriam que temer ao mesmo tempo seus concidadãos, os deuses e o inimigo. No combate que se seguiu, os samnitas foram vencidos, porque a coragem dos romanos e o terror que inspiravam as passadas derrotas extinguíram o ardor que poderia dar-lhes o poder da religião e a santidade do juramento feito. Vê-se contudo, neste episódio, que os samnitas julgaram ter apenas um recurso para tentar levantar sua coragem, batida pelos romanos; o que prova, de modo evidente, a confiança que pode inspirar a religião.

Embora este fato possa ser considerado estranho à história romana, achei meu dever relatá-lo aqui, por dizer respeito a uma das instituições mais importantes daquela república. Assim, não precisarei dividir o tratamento do assunto, e não serei obrigado a retornar ao tema.

Capítulo Décimo Sexto

Se um povo habituado a viver sob o governo de um príncipe ganha acidentalmente a liberdade, tem dificuldade em mantê-la.

Muitos exemplos demonstram, a quem consulta as memórias da Antiguidade, como é difícil a um povo habituado a viver sob as leis de um príncipe conservar a liberdade, quando algum acidente feliz lhe permite ganhá-la — como aconteceu em Roma, depois da expulsão dos Tarquínios. É uma dificuldade que se deve à seguinte razão: um povo nesta situação é como um animal vigoroso que, embora feroz por natureza, e nascido na floresta, tivesse crescido numa jaula; posto casualmente em liberdade, em pleno campo, não saberia encontrar alimento, nem abrigo, tornando-se presa do primeiro que quisesse outra vez capturá-lo.

É o que acontece com um povo acostumado a viver sob leis alheias: não sabem do garantir sua própria defesa, nem defender a coisa pública dos atentados inimigos, desconhecendo os princípios e sendo por eles desconhecido, cairá logo sob um jugo muitas vezes mais intolerável do que aquele do qual se libertou.

É o perigo que corre uma nação que não se corrompeu inteiramente; pois quando o veneno alcançou todas as partes do corpo social, a liberdade não pode sequer nascer, como provarei mais adiante. Mas não quero falar das nações onde a corrupção é inveterada; limito-me àquelas onde o bem sobrepuja o mal. À dificuldade que assinala é preciso somar uma outra: o Estado que recobra a liberdade faz inimigos engajados, o que seus amigos não são. Passa a ter como inimigos todos os que, à sombra do governo tirânico, se prevalecem do poder para nutrir-se da subsistência do príncipe; os que, retirada sua fonte de benefício, não podem ficar satisfeitos e investem todos os seus esforços em favor da tirania, para reconquistar a autoridade perdida.

Quanto aos seus amigos, não são homens de partido. Um governo livre só atribui recompensas e honrarias por ações boas, fora das quais ninguém tem o direito de ser recompensado ou honrado. E quando alguém recebe honrarias ou vantagens que acredita haver merecido não sente gratidão pelos que lhes deram tais prêmios.

Por outro lado, as vantagens da liberdade, que consistem em poder gozar a vida livremente e sem medo, sem temer por si, pela honra da esposa ou dos filhos, não são facilmente percebidas quando se as possui. E ninguém jamais confessará gratuitamente que é devedor de quem não o agride.

Por isto, todo novo governo que seja livre terá como inimigos pessoas engajadas. Para remediar esta dificuldade, e as desordens que provoca, não há meio mais poderoso, mais eficaz e necessário do que matar os filhos de Brutus (os quais, como a história nos ensina, só não foram arrastados com outros jovens romanos a conspirar contra a pátria porque não podiam mais prevalecer-se, sob os cônsules, de um poder ilegítimo). A liberdade do povo era para eles como que uma servidão.

Quem pretenda governar um povo, sob uma república ou uma monarquia, deve certificar-se dos que demonstram ser inimigos da nova ordem das coisas, se não quiser estabelecer um governo efêmero. São verdadeiramente infelizes os príncipes que, tendo a multidão como inimiga, são obrigados a usar meios extraordinários para afirmar seu poder. De fato, aquele que só tem um pequeno número de inimigos pode viver seguro sem muita preocupação; mas quem é objeto do ódio geral nunca pode ter certeza de qualquer coisa. Quanto maior crueldade demonstra, mais se enfraquece seu poder. O caminho mais seguro é, portanto, procurar ganhar a afeição do povo.

O que disse tem pouca relação com o título deste capítulo — que fala de príncipes, quando aqui tratamos de repúblicas. Não obstante, gostaria de dizer ainda umas poucas palavras, para não ter que voltar ao assunto.

Um príncipe que queira conquistar um povo que poderia ser seu inimigo (refiro-me aos príncipes que conquistaram o poder no seu próprio país) deve indagar antes de mais nada o que o povo deseja. Verá que ele sempre quer duas coisas: a primeira é vingar-se dos que o agridem; a segunda, recobrar a liberdade.

O primeiro desejo pode ser atendido inteiramente; o segundo, em parte. Quanto ao primeiro, contarei o exemplo seguinte.

Clearco, tirano de Heracleia, tinha sido expulso do país. Durante seu exílio, ocorreram dissensões entre o povo e os nobres. Estes últimos, considerando-se mais fracos, resolveram favorecer Clearco e, depois de entrarem em acordo com ele, levaram-no de volta a Heracleia, a despeito da oposição do partido do povo. Nesta situação, Clearco, situado entre o orgulho dos nobres, que não podia conter ou reprimir, e o furor do povo — profundamente irritado pelo revés sofrido — resolveu libertar-se dos nobres e, ao mesmo tempo, ganhar a simpatia do povo. Aproveitando uma ocasião oportuna, matou todos os nobres para grande alegria da multidão, cujo desejo de vingança ele deste modo satisfazia.

Não podendo contentar-se em parte o desejo que têm os povos de recobrar a liberdade perdida, o príncipe deve examinar as causas deste desejo: verá então que um pequeno número deseja a liberdade para poder comandar, mas um número infinitamente maior de cidadãos quer a liberdade apenas para poder viver em segurança. Quanto aos primeiros, qualquer que seja a forma como se organize a república, no máximo quarenta ou cinquenta cidadãos podem alcançar o poder — um número bem reduzido. É fácil, portanto, controlá-los, seja eliminando-os, seja dando-lhes honrarias bastantes para que se satisficam, até um certo ponto, com a sua situação presente. Quanto aos que querem viver em segurança, também não é difícil contentá-los: basta estabelecer leis e instituições que conciliem o poder do príncipe com a segurança geral.

Se o príncipe seguir este caminho, convencendo o povo de que o próprio soberano não pretende violar as leis, começará em breve a viver feliz e tranqüilo. Temos um exemplo marcante na França, cuja tranqüilidade repousa na obrigação dos seus monarcas de se submeterem a uma infinidade de leis que só têm por objetivo a segurança dos súditos. Na França, os legisladores quiseram que os reis pudessem dispor à vontade do exército e da fazenda, mas que em tudo o mais estivessem obrigados a respeitar as leis.

Em consequência, o príncipe ou a república que desde o início não pôde afirmar perfeitamente o seu poder, deve aproveitar a primeira oportunidade para fazê-lo. Se deixar escapar essa ocasião, se arrependerá tardiamente.

O povo romano não estava ainda corrompido quando recobrou a liberdade; pôde assim consolidá-la, depois da morte dos filhos de Brutus e da destruição dos Tarquínios, por todos os meios e todas as instituições que descrevemos. Se o povo fosse corrupto, não encontraria remédio eficaz, em Roma ou em qualquer outro lugar, para poder mantê-la. É o que demonstraremos no capítulo seguinte.

Capítulo Décimo Sétimo

Um povo corrompido que recobra a liberdade só com grande dificuldade poderá manter-se livre.

A meu juízo, ou Roma deixaria de ter reis ou necessariamente recairia, em pouco tempo, numa tal fraqueza que passaria a ser um Estado sem importância. Se considerarmos o grau de corrupção a que tinham chegado seus monarcas, veremos que teria sido impossível remediá-la caso tivesse havido dois ou três outros reinados, e o mal se alastrasse aos membros da coletividade, depois de dominar sua cabeça. Mas, como esta foi decepada quando o tronco estava ainda intacto, foi possível manter a ordem e a liberdade.

É incontestável que uma cidade corrompida, que vive sob o domínio de um príncipe, não recobrá jamais a liberdade, ainda que o príncipe e sua raça sejam destruídos. Torna-se mesmo necessário que o príncipe seja destronado por um outro, e que a cidade passe assim de monarca em monarca, até encontrar um soberano, mais virtuoso e esclarecido, que a liberte — benefício este que não se estenderá por mais tempo do que o da vida do libertador. Em Siracusa houve dois exemplos marcantes: Di e Timoleonte, que fizeram florescer a virtude, nas diferentes épocas em que viveram; mas, logo após a morte de cada um, a cidade recaiu na tirania.

O exemplo de Roma é ainda mais convincente. Após a expulsão dos Tarquínios, a cidade pôde conquistar e conservar a liberdade. Mas, depois da morte de César, de Calígula, de Nero, após a extinção de todos os Césares, foi impossível reviver-lhe a chama. Resultados tão opostos de acontecimentos semelhantes, na mesma cidade, são devidos unicamente a que o povo romano, sob o reinado dos Tarquínios, não estava ainda corrompido, enquanto que, mais tarde, todo o império se encontrava infectado por profunda corrupção.

No primeiro daqueles períodos, bastava fazer jurar que Roma não admitiria jamais um rei para afirmar a república e inspirar a repulsa aos monarcas. No segundo, o exemplo estóico de Brutus, apoiado por todas as legiões do Ocidente, não foi suficiente para levar os romanos a decidir conservar sua liberdade — a qual, como o primeiro Brutus, ele acabava de oferecer-lhes. Esta corrupção tinha sido in-

introduzida no corpo estatal pelo partido de Mário; feito chefe supremo, César conseguiu cegar de tal forma a multidão que ninguém percebeu o jugo que o próprio povo consentiu em receber.

Embora o exemplo de Roma seja mais decisivo do que qualquer outro, quero citar o de alguns povos contemporâneos: ouso, portanto, declarar que Milão e Nápoles nunca serão livres, por maior que seja a catástrofe ou mais sangrenta a revolução que possa ali ocorrer: a corrupção avançou demais pelos membros daqueles Estados. Viu-se a prova disto após a morte de Felipe Visconti, quando Milão, querendo reaver a liberdade, nem pôde e nem soube mantê-la.

Para os romanos, foi uma grande felicidade que os seus reis tenham degenerado tão rapidamente que tenha sido possível expulsá-los antes de que o mal penetrasse nas entranhas do Estado. Sua corrupção fez com que as numerosas desordens ocorridas em Roma fossem vantajosas, em vez de ter resultados funestos, pois as inclinações dos cidadãos eram boas.

De onde se conclui que, quando a massa do povo é sadia, as desordens e os tumultos não chegam a ser daninhos: mas quando está corrompida, mesmo as leis melhor ordenadas são impotentes — a menos que sejam manipuladas habilmente por uma personalidade vigorosa, respeitada pela sua autoridade, e que possa cortar o mal pela raiz.

Não sei se já se viu tal prodígio, ou mesmo se ele é possível. Se acontecesse de uma cidade arruinada pela corrupção se recuperar da sua queda, este benefício só poderia ser atribuído a virtude de um homem, e não à vontade geral que o povo pudesse ter em favor de boas instituições. E mal a morte abatesse este reformador, a massa retornaria aos seus antigos costumes. Com efeito, não há homem cuja vida seja longa o bastante para poder reformar um governo há muito tempo desorganizado; e se tal reforma não for feita por um príncipe longo, ou durante dois reinados igualmente virtuosos, o Estado tombará necessariamente num abismo do qual só poderá sair às custas de muito esforço e de sangue derramado. A corrupção e a inapetência para a vida em liberdade provêm da desigualdade que se introduziu no Estado; para nivelar essa desigualdade, é preciso recorrer a meios extraordinários, que poucos homens sabem ou querem usar. É o que vamos ver mais detidamente em outra parte destes comentários.

Capítulo Décimo Oitavo

De que maneira se pode manter o governo livre numa cidade corrompida; e como instituí-lo, se ela ainda não o tiver.

Não creio que seja fora de propósito, ou estranho ao que avancei no capítulo precedente, analisar a possibilidade de se manter um governo livre numa cidade corrompida, ou de instituí-lo, caso ainda não tenha sido estabelecido. As duas empresas apresentam igual dificuldade; e, embora seja quase impossível propor regras fixas sobre este ponto, devido à necessidade de proceder segundo os diferentes graus de corrupção, não quero deixar passar em claro o assunto, pois é bom que tudo seja examinado.

Vamos supor, em primeiro lugar, uma cidade que chegou ao estado máximo de corrupção, onde a questão se apresenta com toda a força da sua dificuldade. Onde o desregramento é universal, não há leis nem instituições que o possam reprimir. De fato, os bons costumes só podem ser conservados com o apoio de boas leis, e a observação das leis exige bons costumes.

Além disto, as leis e instituições estabelecidas na origem de uma república, quando os cidadãos eram virtuosos, se tornam insuficientes quando eles começam a se corromper. E se os acontecimentos determinam alterações nas leis, como o mais comum é que as instituições não se modifiquem, a legislação nova fica sem efeito, já que as instituições originais cedo as corrompem.

Para melhor me explicar, direi que em Roma havia instituições que regulavam o governo, ou seja, o Estado, e leis que ajudavam os magistrados a refrear as desordens provocadas pelos cidadãos.

As instituições abrangiam a autoridade do povo, do Senado, dos tribunos, dos cônsules, a maneira de eleger os magistrados, e o processo legislativo. Os fatos pouco mudaram essas instituições. O mesmo não aconteceu, contudo, com as leis que disciplinavam os cidadãos, como as leis sobre o adultério, o luxo, a conspiração e todas as demais que se tornaram necessárias devido à mudança sucessiva dos costumes.

mes. Mas, como foram conservadas instituições que não eram boas, no meio da corrupção geral, as novas leis não bastaram para manter os homens na virtude. Para fazer com que se tornassem inteiramente úteis, teria sido preciso que se mudasse ao mesmo tempo as antigas instituições.

Dois pontos principais demonstram que as mesmas instituições deixam de ser convenientes a uma cidade corrompida: a criação dos magistrados e o processo legislativo.

O povo romano só concedia o consulado e as outras principais magistraturas da república aos que as postulavam. Este princípio era excelente, pois só se candidavam àquelas funções os cidadãos que se consideravam dignos, já que era uma vergonha o ser rejeitado. De sorte que, para merecê-las, os cidadãos se esforçavam por praticar o bem.

Mas quando os costumes da cidade decaíam, este processo se tornou extremamente pernicioso. As magistraturas passaram a ser postuladas não pelos mais virtuosos, mas pelos mais poderosos; e os cidadãos sem recursos, ainda que dotados de todas as virtudes, não ousavam apresentar-se como candidatos, temendo ser rejeitados. Este vício não se manifestou imediatamente; surgiu aos poucos, como se acontecer com todas as inconveniências. Como os romanos tinham dominado a África e a Ásia, bem como uma parte da Grécia, sentiam-se seguros da sua liberdade, e não temiam nenhum inimigo. Esta segurança e a impotência dos seus rivais fizeram com que os cidadãos, na escolha dos cônsules, não se detivessem mais na consideração do valor, mas sim na do favor, promovendo àquela elevada função os que melhor sabiam obter os votos populares — e não os que melhor sabiam vencer seus inimigos. Mais tarde, desceu-se ainda mais, passando-se a nomear os que ostentavam maior poder; de modo que, pelo vício das instituições, os homens de bem foram excluídos de todos os cargos. Qualquer tribuno, ou outro cidadão, podia propor uma lei: todos tinham o direito de apoiá-la, ou não, antes de que fosse objeto de deliberação — o que era uma boa medida, na época em que os cidadãos eram virtuosos; deve-se considerar como um bem a possibilidade de cada um propor o que considerava útil ao público, e é igualmente bom que se permita a cada um expressar livremente o seu pensamento sobre o que é proposto, de modo que o povo, esclarecido pela discussão, adote o partido que achar melhor.

Mas, quando os cidadãos se corromperam, a instituição ficou sujeita a numerosos inconvenientes: só os homens poderosos passaram a propor leis, não no interesse de liberdade, mas no do seu próprio poder; e ninguém ousava falar contra esses projetos, devido ao temor que seus proponentes inspiravam. De modo que o povo, enganado ou constrangido, se via obrigado a decretar a própria ruína.

Para que, no meio desta corrupção, Roma pudesse manter a liberdade, foi necessário que, em diversas épocas da sua existência, promulgasse novas leis e ao mes-

mo tempo estabelecesse novas instituições. Pois as instituições apropriadas a um povo corrompido são diferentes das que se ajustam ao que não o é; não convém a mesma forma a matérias inteiramente diversas.

A mudança das instituições pode ser feita de dois modos: reformando-se todas elas ao mesmo tempo, quando se reconhece que perderam o valor, ou gradualmente, à medida que se lhes percebe os inconvenientes. Os dois modos oferecem dificuldades quase insuperáveis.

A reforma parcial e sucessiva deve ser provocada por um homem esclarecido que saiba reconhecer de muito longe as dificuldades, logo que surjam. É possível que nunca se encontre um homem deste tipo; se surgisse um só, não conseguiria já mais convencer os concidadãos dos vícios identificados pela sua previsão. Quando estão habituados a uma certa maneira de viver, os homens não a querem alterar, sobretudo se não enxergam claramente o mal que se lhes insinua.

Quanto à reforma total e imediata da constituição política, quando há convicção geral de que ela é defeituosa, é difícil efetuá-la mesmo se o defeito é evidente, porque para isto os meios ordinários são insuficientes. Torna-se indispensável o recurso a métodos extraordinários — as armas e a violência. Antes de mais nada, o reformador deve apoderar-se do Estado, a fim de poder dele dispor à vontade.

É necessário ser um homem de bem para reformar a vida política e as instituições de um Estado; mas a usurpação violenta do poder pressupõe um homem ambicioso e corrupto. Assim raramente acontecerá que um cidadão virtuoso queira apossar-se do poder por meios ilegítimos, mesmo com as melhores intenções; ou que um homem mau, tendo alcançado o poder, queira fazer o bem, dando boa utilização ao poder que conquistou com o mal.

Do que acaba de dizer, transparece a dificuldade, ou mesmo a impossibilidade, de manter o governo republicano numa cidade corrompida, ou de ali estabelecê-lo. De qualquer maneira, mais vale a monarquia do que o estado popular para assegurar que os indivíduos cuja insolência as leis não podem reprimir sejam subjugados por uma autoridade real.

Pretender regenerá-los por outro meio seria uma empresa muito penosa, ou absolutamente impossível, como já comentei, ao falar de Cleômenes.

Aquele príncipe massacrara os éforos para reunir em suas mãos toda a autoridade do Estado. Levado pelos mesmos motivos, Rômulo matou seu irmão, e Tito Tácio. E se ambos fizeram depois um bom uso da autoridade que conseguiram obter desta forma, é preciso lembrar que os dois tratavam com povos ainda não marcados pela corrupção. Por isto puderam entregar-se sem obstáculos a seus objetivos, revestido-os de cores favoráveis.